

À revelia da sociedade

A ÚLTIMA moda no discurso político do Executivo é falar de setores estratégicos da economia. Um dia, é o ministro Paulino Cícero, das Minas e Energia, que confessa não ter muito estômago para digerir o programa em curso de privatizações. Outro dia, vem o presidente do BNDES, Antônio Barros de Castro, a defender, em entrevista ao "Financial Times", a manutenção sob controle estatal dos setores do petróleo, telecomunicações e mineração. E o ministro das Comunicações chegou a dizer, para depois recuar, que não chegara o momento de o capital privado participar do setor de telecomunicações. Tudo sob o mote de setores estratégicos da economia, um conceito meramente operacional.

A PRIMEIRA observação a se fazer, admitindo-se, para o efeito de argumentar, que caiba ao Estado definir os setores estratégicos da economia, é que o Executivo não é o Estado. Pelo menos nos Estados democráticos. Se, pois, o atual programa de privatizações se funda em lei debatida e aprovada pelo Congresso Nacional, manda o respeito pelo Estado de Direito que

os representantes do Executivo não se pronunciem tão frontalmente a ele. É obra do Legislativo, Poder de Estado.

REVER a lei vigente importa em mais que falar em setores estratégicos da economia. Importa em justificar a opção feita, já que se trata de conceito operacional, que pode se prestar a tudo. Inclusive a introduzir, num abrir e fechar de olhos, a economia de Estado onde vigora, por dispositivo constitucional, a economia de mercado.

ENTENDE-SE o que é setor estratégico, no sentido próprio: é o que diz respeito à defesa do país e do Estado. Entende-se por que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na época de sua criação, tenha sido considerada de interesse estratégico — em plena Segunda Guerra Mundial e sob uma evolução acelerada dos armamentos. Tanto é verdade, que de início sua presidência foi atribuída reiteradamente a altas patentes militares.

MAS é difícil encontrar um sentido óbvio para o que seja setor estratégico da economia. E

aceitar que caiba ao Executivo determiná-lo discricionariamente.

A ESTRATÉGIA econômica faz parte do planejamento. E este acarreta a aceitação de riscos. Eis porque toca muito mais ao setor privado fixar estratégias econômicas, que ao setor público: este faz embarcar em sua opção a sociedade inteira.

O VEZO estatizante já nos fez embarcar na aventura do programa nuclear. Ele também, ao definir como setor estratégico da economia a geração de energia elétrica, atirou sobre as costas do povo brasileiro uma dívida de 33 bilhões de dólares — é o que consta ser só a dívida externa da Eletrobrás.

SÃO lições que não podem ser esquecidas, de opções econômicas estratégicas tomadas à revelia da sociedade. Que é representada pelo Congresso Nacional; e que hoje sabe falar por si. Ouça-se o que têm dito os operários da Usiminas sobre o que ganharam com a privatização; e o que acham os metalúrgicos de Volta Redonda sobre a venda da CSN.